



# 11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,  
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

---

Eixo: Política social: fundamentos históricos-teóricos, análise, avaliação e financiamento

---

## Primeira infância e o silêncio das coisas miúdas no Unicef

Aline Elisa M. Lang<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa criticamente o discurso do investimento social aplicado à primeira infância, tomando como referência documentos do Unicef. A partir de pesquisa qualitativa documental, ancorada no materialismo histórico-dialético e na análise de conteúdo temática, examina-se a construção da infância como janela de oportunidade para a formação de capital humano e para a redução futura da pobreza. Sustenta-se que tal racionalidade converte cuidado, proteção e direitos em instrumentos de gestão de riscos, subordinando o presente da vida infantil às exigências da acumulação e reforçando a responsabilização familiar, sobretudo das mulheres.

**Palavras-chave:** primeira infância; Unicef; política social; investimento social; reprodução social.

## Early childhood and the silence of small things at Unicef

**Abstract:** This article critically analyzes the discourse on social investment as it applies to early childhood, drawing on UNICEF documents. Based on qualitative documentary research grounded in dialectical historical materialism and thematic content analysis, it examines the construction of childhood as a window of opportunity for human capital formation and future poverty reduction. It is argued that this rationale transforms care, protection, and rights into risk management tools, subordinating children's present lives to the demands of accumulation and reinforcing family accountability, particularly that of women.

**Keywords:** early childhood; Unicef; social policy; social investment; social reproduction.

### 1. Introdução

O título deste artigo foi inspirado em Manoel de Barros – “Há grandezas que só cabem nas coisas miúdas” – para pensar a infância, especialmente a primeira infância<sup>2</sup>. Na expressão coisa miúda cunharemos diferentes sentidos: de um lado, os gestos cotidianos do cuidado, o período de desenvolvimento, as experiências ordinárias que sustentam a existência; de outro, o universo das miudezas que, recentemente, passou a ocupar lugar central nas agendas internacionais de política social. O que antes parecia restrito ao espaço doméstico tornou-se objeto de intervenções públicas, recomendações técnicas e investimentos institucionais. Nessa escala, o que o mundo chama de pequeno revela sua dimensão histórica e política: a primeira infância converte-se em terreno estratégico de disputa entre a reprodução da vida e as exigências da acumulação do capital.

---

<sup>1</sup> Doutora e mestre em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Assistente social. E-mail: alinelisa\_lang@hotmail.com

<sup>2</sup> A primeira infância refere-se ao período que vai do nascimento até aproximadamente os 8 anos de idade, podendo essa delimitação variar conforme o contexto nacional.

Não por acaso, ao apresentar recentemente o relatório **Situação Mundial da Infância 2025**, o Unicef afirma que, “para as crianças, a pobreza prejudica sua saúde e seu desenvolvimento, limita sua capacidade de aprendizagem e leva a perspectivas de emprego mais precárias, vidas mais curtas e taxas mais elevadas de depressão e ansiedade” e que, “para as sociedades, a pobreza compromete a prosperidade econômica futura [...]” (Unicef, 2025, tradução nossa). Esse discurso condensa uma gramática hoje dominante: a denúncia legítima dos efeitos da pobreza sobre a vida infantil vem acompanhada de sua tradução em linguagem de perdas futuras, produtividade e eficiência. É nesse deslocamento que os primeiros anos de vida passam a ser construídos como espaço privilegiado de intervenção social.

Consolidou-se, assim, a ideia segundo a qual a primeira infância constitui uma **janela de oportunidade** decisiva para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza (Unicef, 2017). Tal argumento é impulsionado por traduções político-técnicas que articulam neurociências, métricas de custo-efetividade e justificativas de retorno econômico, convertendo o cuidado e a educação na infância em promessas de eficiência futura (Unicef, 2017). Nesse movimento, a infância deixa de ser compreendida apenas como etapa da vida dotada de valor em si e passa a ser tratada como campo preventivo de produção de sujeitos capazes, adaptáveis e produtivos (Penn, 2002; Carvalho, 2016). Ao mesmo tempo, as determinações estruturais da desigualdade – classe, raça, gênero, colonialidade e dependência – tendem a ser deslocadas para o pano de fundo, enquanto capacidades individuais e familiares ganham centralidade explicativa (Pereira, 2013).

É nesse terreno que ganha força o paradigma do investimento social. Difundido como orientação para reconfigurar a política social, ele propõe priorizar investimentos em grupos etários estratégicos, especialmente na primeira infância, com vistas à ampliação do capital humano e à redução de riscos futuros (Morel; Palier; Palme, 2012; Esping-Andersen, 2002). Sob essa lógica, a política social passa a ser justificada por critérios de produtividade, eficiência e retorno fiscal (Jenson, 2010). A tensão aqui é evidente: ao subordinar o presente da vida infantil a expectativas futuras de acumulação, o investimento social reconfigura direitos em linguagem de desempenho e converte a proteção social em gestão seletiva de riscos e capacidades (Pereira, 2013; Dowling; Harvie, 2014). Além disso, intensifica processos de responsabilização familiar – sobretudo das mulheres – ao transformar o cuidado em requisito técnico para o sucesso

intergeracional, sem enfrentar as bases materiais da desigualdade (Federici, 2019).

A atuação do UNICEF é central nesse processo. Como agência histórica na governança global da infância, o UNICEF formula diagnósticos, recomendações e dispositivos normativos com ampla capacidade de difusão (Rosemberg; Mariano, 2010; Campos; Campos, 2008). Em seus documentos, o léxico de **investir na infância, melhor começo de vida e janela de oportunidade** articula direitos, evidências e critérios econômico-fiscais em um discurso que reivindica universalismo, mas frequentemente opera por seletividade e segmentação (Unicef, 2017; Unicef, 2019). Assim, a inserção da primeira infância no repertório internacional aparece, contraditoriamente, como promessa de ampliação da proteção e como instrumento de gestão da pobreza (Pereira, 2013).

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte questão: de que modo o discurso do investimento social, especialmente aquele difundido por organismos internacionais como o Unicef, constrói a primeira infância como objeto privilegiado de intervenção estatal, subordinando a vida concreta das crianças às exigências futuras da acumulação capitalista? O objetivo é analisar criticamente esse discurso, evidenciando suas implicações para a compreensão da infância entre as exigências do capital e as necessidades da vida concreta.

Metodologicamente, utilizamos a pesquisa qualitativa documental, ancorada no materialismo histórico-dialético (May, 2004). O *corpus* reúne documentos institucionais do Unicef, de acesso público e abrangência mundial, publicados entre 1970 e 2025 – relatórios anuais, edições da série *The State of the World's Children* e guias programáticos – selecionados por apresentarem dados e proposições voltados à primeira infância. O recorte temporal permite apreender, no léxico do Unicef, a emergência e a consolidação da racionalidade que vincula primeira infância, formação de capacidades e desenvolvimento futuro, posteriormente rearticulada pelo paradigma do investimento social. O procedimento analítico utilizou análise de conteúdo temática que permitiu rastrear recorrências lexicais, deslocamentos semânticos e categorias-chave ligadas à gramática do investimento social, como retorno futuro, prevenção de riscos e formação de capital humano (Bardin, 1979). Evidencia-se como tais enunciados reconfiguram o Estado, deslocam responsabilidades às famílias e intensificam a responsabilização feminina pelo cuidado, tensionando a promessa de direitos frente às determinações

estruturais da desigualdade no presente (Dowling; Harvie, 2014; Federici, 2019).

Ao longo do texto, o artigo se move em quatro seções, além desta introdução. Na segunda, situamos o paradigma do investimento social e o modo como ele reposiciona a primeira infância entre a promessa de proteção e a exigência de produtividade futura; na terceira, acompanhamos a inscrição dessa racionalidade no discurso do Unicef; e, por fim, nas considerações finais, retomamos o fio do argumento para reafirmar que, entre o capital e a vida, é também o sentido da infância que está em disputa.

## **2. A promessa do investimento social e a governança da primeira infância**

Embora não haja consenso na literatura quanto à gênese do investimento social, sua formulação se consolida no cruzamento entre as transformações do capitalismo pós-industrial e a busca, no contexto europeu de crise, por redefinir a relação entre política social e crescimento (Hemerijck et al., 2020; Morel; Palier; Palme, 2012). Nessa inflexão, a política social deixa de ser concebida prioritariamente como proteção contra os efeitos do mercado e passa a operar como mecanismo de preparação para ele: investe-se no presente para reduzir custos futuros, elevar a produtividade e sustentar a coesão social (Hemerijck et al., 2020; Morel; Palier; Palme, 2012).

Essa racionalidade repousa na reclassificação de certas despesas sociais como investimentos produtivos, sobretudo aquelas dirigidas à infância, à educação, à família e ao emprego, sob o argumento de que ampliariam capacidades e participação futura no mercado de trabalho (Hemerijck et al., 2020; Morel; Palier; Palme, 2012). Não se trata, portanto, apenas de gastar com o social, mas, conforme argumenta o Unicef (2016, p. 2 – tradução nossa), de reorganizar prioridades estatais para maximizar retornos econômicos “[...] quebrando ciclos intergeracionais da pobreza e da privação”, reatualizando, em nova linguagem, o antigo argumento da política social como fator de desenvolvimento (Morel; Palier; Palme, 2012).

Nesse quadro, o capital humano converte-se em eixo normativo. A criança, especialmente na primeira infância, é interpelada como portadora de potenciais a serem ativados precocemente, enquanto as políticas sociais passam a ser apresentadas como instrumentos de formação de competências cognitivas e socioemocionais valorizadas pela economia contemporânea (Hemerijck et al., 2020). A ênfase desloca-se, assim, da redistribuição imediata para a preparação de sujeitos aptos ao futuro, articulando

proteção social, desempenho e empregabilidade em uma mesma racionalidade (Hemerijck et al., 2020).

Nessa gramática, a infância deixa de ser concebida prioritariamente como período de proteção e passa a ser tratada como etapa decisiva de produção de oportunidades. Esping-Andersen (2005) sintetiza esse deslocamento ao afirmar que as crianças ocupam o centro de um novo equilíbrio do bem-estar: elas são concebidas como ativo coletivo, ao mesmo tempo em que se reconhece a crescente dificuldade das famílias em arcar, sozinhas, com os custos materiais e temporais de produzir tais ganhos sociais. Daí decorre a defesa de uma nova política que compatibilize trabalho e parentalidade e, simultaneamente, assegure condições consideradas ótimas ao desenvolvimento infantil (Esping-Andersen, 2005).

A partir desse ponto, consolida-se uma estratégia explicitamente centrada na criança: combater exclusão e desigualdades exige combinar políticas favoráveis às crianças, às famílias e às mulheres em um desenho integrado – com destaque para educação e cuidado na primeira infância, licenças parentais e serviços públicos que reduzam o peso do cuidado privatizado (Esping-Andersen, 2002). A promessa é intervir cedo para equalizar condições de partida, elevar a qualidade do desenvolvimento e impedir que a pobreza se reproduza como destino hereditário (Esping-Andersen, 2002). Traduzido para as palavras do Unicef, “[...] quando as crianças têm uma oportunidade justa de crescer com saúde, educação, proteção e amor, colhemos conquistas coletivas que mudam vidas e transformam o mundo.” (Unicef, 2017, p. 2 tradução nossa).

O núcleo dessa promessa – e é isso que tornará a primeira infância tão central no discurso do investimento social – reside na conversão cuidado infantil em horizonte de retorno, ou seja, quanto mais cedo o **investimento**, maior a expectativa de ganhos futuros (sociais e econômicos) (Hemerijck et al., 2020; Morel; Palier; Palme, 2012). Assim, a primeira infância é erigida como **janela privilegiada**, e a política social passa a operar como antecipação do futuro: governa-se o presente das crianças pela régua do que elas poderão render amanhã, em produtividade, escolarização e inserção no mercado de trabalho (Esping-Andersen, 2002). É essa passagem, da infância como direito no presente para a infância como aposta no futuro, que organiza a força persuasiva do investimento social e prepara o terreno para a difusão de seus enunciados (Hemerijck et al., 2020).

Nesse circuito de circulação de prescrições, o Unicef não atua apenas como difusor secundário, mas como **ator da governança global** que elabora diagnósticos e diretrizes e induz políticas nacionais por meio de cooperação técnica e pactos internacionais, valendo-se da legitimidade conferida pela linguagem dos direitos e da ciência (Campos; Campos, 2008; Rosemberg, 2002). Ao assumir tal posição, a agência passa a articular a proteção da infância a uma gramática econômico-política que requalifica políticas sociais como instrumentos de desenvolvimento e produtividade, convertendo a promessa de proteção em resposta social orientada pela gestão seletiva da pobreza e dos riscos (Pereira, 2013).

É nessa inflexão – da infância como direito à infância como capital humano – que o investimento social condensa sua função ideológica. Ao reinscrever cuidado, educação e proteção na gramática da eficiência e do retorno, essa racionalidade desloca a questão social de suas determinações estruturais e converte a primeira infância em objeto de governança. É nesse terreno que a atuação do Unicef se torna analiticamente decisiva. Examinar a materialidade dessa inflexão em seus documentos é, pois, o passo seguinte da análise.

### **3. Quando a vida vira investimento: o discurso do Unicef**

Se o paradigma do investimento social forneceu a moldura teórica para reposicionar a primeira infância como período privilegiado de intervenção, é no discurso do Unicef que essa racionalidade ganha forma institucional, circulação global e eficácia normativa (Rosemberg; Mariano, 2010; Campos; Campos, 2008). Nos documentos da agência, a infância aparece menos como experiência concreta da vida social e mais como superfície estratégica sobre a qual se projetam expectativas de desenvolvimento, produtividade futura e redução de custos sociais (Unicef, 2017; Unicef, 2019). Não se trata, portanto, apenas de proteger crianças, mas de governar precocemente capacidades, comportamentos e trajetórias, em nome de um futuro mais eficiente e menos oneroso para Estados e mercados (Dowling; Harvie, 2014). É nesse sentido que a análise dos documentos do Unicef permite afirmar que a agência opera como importante mediação da governança global da infância, articulando a linguagem dos direitos à gramática da evidência, do retorno e da eficácia (Campos; Campos, 2008).

Essa inflexão se expressa, antes de tudo, no léxico que aparece nos documentos da agência. Expressões como *best start in life*, *early moments matter*, *window of opportunity*, *human capital* e *breaking the cycle of poverty* ilustram como a primeira infância é construída como etapa decisiva para produzir ganhos posteriores em escolarização, produtividade e coesão social (Unicef, 2017; Unicef, 2019). Nesse discurso, o presente da criança importa, mas sobretudo porque antecipa um futuro desejável: melhores empregos, menos violência, maior rendimento escolar, menor gasto público e maior prosperidade coletiva (Unicef, 2025; Jenson, 2010). Ou, nas palavras do Unicef (1995, p. 5 – tradução nossa) “não há maior investimento que uma nação possa fazer do que em seus filhos, nem menos facilmente adiável. As crianças têm apenas uma chance de se desenvolver e devem ter o melhor que um país tem a oferecer, em seus prováveis anos de formação [...]”. À primeira vista, trata-se de uma formulação incontestável; no entanto, sua força persuasiva reside justamente em converter uma reivindicação legítima em vetor de funcionalização econômica da infância (Penn, 2002; Carvalho, 2016).

Vale destacar que o Unicef não abandona a linguagem dos direitos; ele a rearticula. A criança continua figurando como sujeito digno de proteção, mas a justificativa da proteção desloca-se progressivamente para o terreno da performance futura (Unicef, 2017). Isso ocorre quando o Unicef defende, por exemplo, que “crianças que recebem um início de vida justo – cuidados de criação, acesso à nutrição e a serviços básicos de saúde, educação, proteção contra a violência e a exploração – têm maior probabilidade de atingir o seu potencial como adultos [...]” (Unicef, 2015, p. 3 – tradução nossa). Nessa passagem fica evidente que em vez de direitos como saúde e educação serem afirmados por seu valor intrínseco, passam a ser legitimados por sua utilidade econômica na formação do adulto futuro trabalhador (Morel; Palier; Palme, 2012; Pereira, 2013). É precisamente nesse movimento que a promessa universalista do discurso humanitário se combina à racionalidade gerencial típica do neoliberalismo: governa-se melhor quando se intervém cedo, mede-se mais e calcula-se o retorno de cada ação sobre corpos, famílias e territórios (Dardot; Laval, 2016; Dowling; Harvie, 2014).

A recorrência da ideia de **quebrar o ciclo da pobreza** é exemplar desse deslocamento. Já nos anos 1990, James P. Grant, então diretor do Unicef, afirmava: “Podemos e devemos quebrar o ciclo de pobreza, doença e violência que desperdiça o

potencial das crianças e envenena sua visão de mundo em geral” (Unicef, 1993, p. 4, tradução nossa). Esse discurso condensa um movimento duplo: reconhece a brutalidade da pobreza sobre a vida infantil, mas simultaneamente traduz essa violência em perda de potencial, isto é, em desperdício de capacidades que poderiam ser mobilizadas no futuro (Unicef, 1993; Penn, 2002). A pobreza deixa, assim, de aparecer prioritariamente como expressão da exploração, da dependência e da desigualdade estrutural, e passa a ser enquadrada como obstáculo ao desenvolvimento de competências individuais e familiares (Pereira, 2013).

É justamente nesse ponto que o discurso do Unicef assume sua feição mais eficaz: ao denunciar a pobreza, não enfrenta suas raízes. Ao contrário, tende a deslocar a causalidade do plano estrutural para o plano da intervenção precoce, da parentalidade adequada e da gestão eficiente do cuidado (Campos; Campos, 2008). Nesse sentido, o Unicef (2001, p. 7 – tradução nossa) defende, por exemplo que as crianças “[...] tenham o melhor começo de vida possível em seus primeiros anos de vida – por meio do amor e dos cuidados prestados pelas famílias e comunidades, bons cuidados de saúde e nutrição, estímulo intelectual e oportunidades para brincar e socializar;”. Esse tipo de discurso ilustra que a ênfase sobre estimulação responsiva, boas práticas familiares, ambientes protetivos e competências parentais, embora possa produzir melhorias pontuais, opera também como tecnologia de responsabilização doméstica, sobretudo das mulheres, convertidas em agentes centrais do sucesso ou fracasso do investimento infantil (Federici, 2019; Davis, 2016). Nessa racionalidade, o cuidado deixa de ser compreendido primordialmente como trabalho socialmente necessário, atravessado por classe, raça e gênero, para aparecer como variável técnica passível de treinamento, monitoramento e padronização (Bhattacharya, 2023).

Lido em conjunto, esse repertório permite observar que o discurso do Unicef não opera por enunciados isolados, mas por uma engrenagem relativamente coerente, na qual direitos, pobreza, família, evidência e investimento se reforçam mutuamente. É dessa articulação que emerge sua força político-ideológica: a infância aparece como sujeito de proteção, mas também como superfície de cálculo; a pobreza é reconhecida, porém traduzida em risco prevenível; e o cuidado, longe de ser afirmado prioritariamente como trabalho social indispensável à reprodução da vida, é progressivamente reinscrito como tecnologia de produção de resultados. Para explicitar essa gramática e seus principais



deslocamentos, o quadro a seguir sintetiza os eixos recorrentes do léxico institucional do Unicef e os efeitos que eles produzem na reconfiguração contemporânea da primeira infância.

**Quadro 1 – Léxico do Unicef e deslocamentos discursivos na primeira infância**

| Eixo discursivo   | Formulação recorrente                                                                                                                                                                                                                       | Efeito político-ideológico                                                                                                                |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Direitos</b>   | <i>best start in life</i> (melhor começo de vida); <i>fair chance</i> (chance justa); <i>protection</i> (proteção); <i>for every child</i> (para cada criança)                                                                              | Legitima a intervenção via universalismo dos direitos, conferindo base moral à expansão de dispositivos técnico-regulatórios da infância. |
| <b>Economia</b>   | <i>smart investment</i> (investimento inteligente); <i>human capital</i> (capital humano); <i>high returns</i> (altos retornos); <i>effective investments in children</i> (investimentos efetivos nas crianças)                             | Subordina a proteção à lógica produtiva e de retorno, convertendo a infância em ativo da acumulação futura.                               |
| <b>Pobreza</b>    | <i>breaking the cycle of poverty</i> (quebrar o ciclo da pobreza); <i>child poverty reduction</i> (redução da pobreza infantil); <i>inclusive social protection</i> (proteção social inclusiva)                                             | Reinscreve a questão social no plano preventivo e gerencial, traduzindo desigualdades estruturais em riscos administráveis.               |
| <b>Família</b>    | <i>responsive care</i> (cuidado responsivo); <i>parenting programmes</i> (programas de parentalidade); <i>caregivers</i> (cuidadores); <i>family skills</i> (competências familiares)                                                       | Intensifica a responsabilização doméstica (sobretudo feminina) pela gestão do cuidado, do risco e do desenvolvimento.                     |
| <b>Governança</b> | <i>evidence</i> (evidência); <i>monitoring</i> (monitoramento); <i>efficiency</i> (eficiência); <i>scale</i> (escala); <i>data and analytics</i> (dados e analítica); <i>agile, efficient and responsive</i> (ágil, eficiente e responsivo) | Reconfigura a política social como gestão técnico-operacional de riscos e resultados, articulada por métricas, focalização e desempenho.  |

Fonte: Documentos do Unicef consultados. Sistematização da autora, 2026.

Por fim, o discurso mais recente do Unicef não rompe com essa racionalidade; apenas a atualiza. Ao inscrever a pobreza infantil no vocabulário do planejamento econômico, do investimento e do capital humano, o documento *The State of the World's Children 2025* reafirma que o lugar da infância deve ser protegido porque dela dependeriam a prosperidade futura, a capacidade produtiva e a própria sustentabilidade fiscal das sociedades (Unicef, 2025). Mesmo quando mobiliza a linguagem dos direitos, o relatório a subordina à gramática da gestão: incorporar as necessidades das crianças ao planejamento estatal, preservar o investimento em seus futuros e evitar a formação de uma **geração endividada** convertem a proteção em cálculo e a infância em ativo estratégico (Unicef, 2025). É nesse deslocamento que a crítica aqui proposta encontra sua atualidade: sob a aparência de defesa da vida, o discurso do Unicef segue reinscrevendo a questão social nos termos da eficiência e da reprodução do capital.

#### 4. Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo permitiu sustentar que a centralidade contemporânea da primeira infância, longe de expressar apenas um alargamento progressivo da proteção social, condensa uma inflexão político-ideológica pela qual a vida infantil é reinscrita na gramática da eficiência, da prevenção e do retorno. Nessa racionalidade, o cuidado, a educação e a proteção deixam de ser afirmados prioritariamente como direitos vinculados à reprodução ampliada da vida e passam a ser legitimados como investimentos capazes de produzir capital humano, reduzir riscos futuros e elevar a produtividade social (Morel; Palier; Palme, 2012; Pereira, 2013).

A leitura crítica do discurso do Unicef mostrou que essa inflexão não opera pela negação aberta dos direitos da criança, mas por sua rearticulação interna a um léxico que combina proteção, evidência, parentalidade, escala e investimento. Com isso, a pobreza é deslocada de suas determinações estruturais e convertida em risco administrável, enquanto as famílias – sobretudo as mulheres – são crescentemente responsabilizadas pelo êxito do desenvolvimento infantil, em conformidade com uma racionalidade de governo compatível com as exigências contemporâneas da acumulação (Campos; Campos, 2008; Dowling; Harvie, 2014; Federici, 2019).

É nesse ponto que retornamos ao título do artigo. As **coisas miúdas** remetem àquilo que sustenta a existência no plano cotidiano e concreto, mas que tende a desaparecer quando a infância é convertida em ativo estratégico do futuro. Sob a aparência de neutralidade técnica, o discurso do investimento social subordina o presente da criança ao adulto que ela deverá se tornar, esvaziando a infância de seu valor em si e obscurecendo as mediações de classe, gênero e desigualdade que atravessam a reprodução social (Penn, 2002; Carvalho, 2016; Bhattacharya, 2023).

Dessa forma, o artigo buscou contribuir para o debate em política social ao evidenciar que a disputa em torno da primeira infância é, em última instância, uma disputa entre projetos de sociedade. Frente à racionalidade que converte a vida em promessa de retorno, reafirmar a infância como sujeito de direitos no presente constitui não apenas uma exigência ética, mas uma crítica necessária às formas contemporâneas de governança do capital sobre a vida (Pereira, 2013; Dardot; Laval, 2016).

## Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapear classe, recentrar a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.
- CAMPOS, Rosânia; CAMPOS, Roselane Fátima. **Educação da pequena infância e organismos internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 175-185, set./dez. 2008.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **O investimento na formação do cidadão do futuro: a aliança entre economia e educação infantil como estratégia da governamentalidade contemporânea**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 229-253, abr./jun. 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOWLING, Emma; HARVIE, David. **Harnessing the social: state, crisis and (big) society**. Sociology, [S. l.], v. 48, n. 5, p. 869-886, 2014.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **A child-centred social investment strategy**. In: ESPING-ANDERSEN, Gøsta et al. *Why we need a new welfare state*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 26-67.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **Children in the welfare state: a social investment approach**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2005. (DemoSoc Working Paper, n. 2005-10).
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- HEMERIJCK, Anton et al. **The uses of social investment**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- JENSON, Jane. **Diffusing ideas for after neoliberalism: the social investment perspective in Europe and Latin America**. Global Social Policy, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 59-84, 2010.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MOREL, Nathalie; PALIER, Bruno; PALME, Joakim (ed.). **Towards a social investment welfare state? Ideas, policies and challenges**. Bristol: Policy Press, 2012.

PENN, Helen. **The world bank's view of early childhood**. Childhood, London, v. 9, n. 1, p. 118-132, 2002.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. 2013. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil: a história se repete**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. **A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

UNICEF. **Annual report 1992**. New York: UNICEF, 1993.

UNICEF. **Annual report 2024**. New York: UNICEF, 2025.

UNICEF. **Early moments matter for every child**. New York: UNICEF, 2017.

UNICEF. *The state of the world's children 1995*. New York: UNICEF, 1995.

UNICEF. **The state of the world's children 2015: reimagine the future: innovation for every child**. New York: UNICEF, 2015.

UNICEF. **The state of the world's children 2016: a fair chance for every child**. New York: UNICEF, 2016.

UNICEF. **The state of the world's children 2019: children, food and nutrition**. New York: UNICEF, 2019.

UNICEF. **The state of the world's children 2025**. New York: UNICEF, 2025.